

Disponibilização de informação ao público

Em cumprimento do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, que estabelece o Regime de Emissões Industriais (REI)

Foi emitido, em 23 de outubro de 2017, o Título Único de Ambiente (TUA) n.º TUA20171023000211 para o operador JERÓNIMO MARTINS – LACTICÍNIOS DE PORTUGAL, S.A., referente à instalação JERÓNIMO MARTINS – LACTICÍNIOS DE PORTUGAL, S.A., tendo sido proferida decisão favorável condicionada a 18 de outubro de 2017, à luz do regime da Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP) definida no Capítulo II do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, na redação dada pela Declaração de Retificação n.º 45-A/2013, de 29 de outubro.

O TUA n.º TUA20171023000211 é válido até 21 de outubro de 2025, no âmbito da PCIP.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA APLICÁVEIS, ATENDENDO ÀS ATIVIDADES DA INSTALAÇÃO

Nome	<i>Reference Document on Best Available Techniques in Food, Drink and Milk Industry (BREF FDM)</i>
Decisão de Execução da Comissão	Documento anterior à entrada em vigor da Diretiva Emissões Industriais (DEI). Não foi emitida Decisão de Execução
Prazo limite de adaptação para instalações existentes	Não aplicável

Nome	<i>Reference Document on Best Available Techniques on Emissions from Storage (BREF EFS)</i>
Decisão de Execução da Comissão	Documento anterior à entrada em vigor da DEI. Não foi emitida Decisão de Execução
Prazo limite de adaptação para instalações existentes	Não aplicável

Nome	<i>Reference Document on Best Available Techniques for Energy Efficiency (BREF ENE)</i>
Decisão de Execução da Comissão	Documento anterior à entrada em vigor da DEI. Não foi emitida Decisão de Execução
Prazo limite de adaptação para instalações existentes	Não aplicável

Nome	<i>Reference Document on the application of Best Available Techniques to Industrial Cooling Systems (BREF ICS)</i>
Decisão de Execução da Comissão	Documento anterior à entrada em vigor da DEI. Não foi emitida Decisão de Execução
Prazo limite de adaptação para instalações existentes	Não aplicável

DERROGAÇÕES

Derrogação	Fundamentação	Condições
Não foram concedidas derrogações	-	-

CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública decorreu no período de 10 de julho a 4 de agosto de 2017, tendo sido publicitada no *Portal PARTICIPA*, na CCDR-Alentejo e na Câmara Municipal de Portalegre.

Não foram recebidas participações no âmbito da mesma.